

Difícil é chegar a um meio termo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho, afirma francamente que está ouvindo o pleito dos governadores, mas não tem nenhuma fórmula pronta e acabada para equacionar o problema das dívidas dos estados, que somam US\$ 10,2 bilhões, dos quais o Governo Federal espera receber pelo menos 25 por cento no exercício financeiro do próximo ano.

O vice-presidente da Comissão Mista, deputado César Maia, acha que os estados não se acham em condições de saldar a parte da dívida como quer o Governo Federal. Atento aos problemas gerados pelo combate ao déficit público, o deputado pedetista do Rio de Janeiro acredita que seja possível "encontrar uma solução de meio termo entre as posições do Governo Federal e dos governos estaduais".

Cid Carvalho considera

sensato o argumento utilizado pelos governadores, de que a União deveria dispensar à dívida contraída pelos estados as mesmas facilidades que obteve dos credores estrangeiros para a dívida externa, ou seja, 20 anos para pagar, com oito anos de carência, como é do conhecimento público. Mas, desde logo, o deputado maranhense adverte que não tem varinha de condão para apresentar uma fórmula.

Segundo o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), os estados querem, na verdade, um reescalonamento da dívida, pelo qual teriam 12 anos para pagá-la, com cinco de carência. A solução viria através de Projeto de Resolução do Senado, cabendo à Comissão Mista de Orçamento do Congresso promover as devidas alterações na proposta orçamentária do próximo ano, na qual o Governo já previu o recebimento de uma par-

cela correspondente a 25 por cento do total do endividamento estadual.

Os membros da Comissão estão impressionados com o nível do endividamento interno da União. Esta dívida interna já atinge a 12 trilhões, 294 bilhões, registrando um aumento de 52 por cento em relação ao ano em curso (a preços de hoje), sendo que 7,6 trilhões referem-se ao endividamento do Poder Público, que vem sendo rolando através de papéis lançados constantemente pelo Governo Federal no mercado.

Cresce a tendência na Comissão para promover maior enxugamento das despesas. Existem várias emendas reduzindo ou até suprimindo os gastos do Ministério da Marinha com pesquisas para o desenvolvimento de um submarino nuclear, considerado luxo exagerado para um país que atravessa situação tão delicada no campo de suas finanças públicas.